

Entrevista a Nelson Lin
RACHEL MENEGUELLO

“ELEIÇÃO PAULISTA PRECISA SER MAIS COMPETITIVA. PT AINDA NÃO CONSEGUIU COMPETIR COM O PSDB”

João Zinclar



Que razões políticas, econômicas, sociológicas podem explicar a duradoura hegemonia tucana no Estado de São Paulo?

RACHEL. O primeiro ponto é o PSDB ser um partido eminentemente paulista de origem, embora tenha alcançado níveis claros de nacionalização. Desde a sua criação, grande parte de seus principais quadros é de São Paulo, saídos inicialmente do antigo MDB e depois do PMDB para formarem então o novo partido. O segundo ponto é que aqui em São Paulo ele tem conseguido equacionar a competição partidária, alcançando certa hegemonia frente às demais forças políticas organizadas. O partido foi beneficiado principalmente depois de 1994, quando se estruturou com os dois governos Fernando Henrique, e quando começou o seu domínio em São Paulo, dada a relação estreita estabelecida naquele momento entre a política estadual e a política nacional. Em termos organizacionais isso é muito importante: o partido fortaleceu suas bases partidárias e eleitorais, criando potencial apoio político para manutenção de seu domínio.

“A política paulista dá mostras de que vai se reorganizar.

Um indicador é o papel proeminente que passa a ser exercido pelo vice-presidente da República e membro do PMDB paulista, agora com amplo espaço político após a morte de Quéricia”

O PT paulista, também com razoável grau de organização no Estado, tem tido sucesso eleitoral relativo na competição pelo governo, mas não o suficiente para rebater a força que o PSDB constituiu. A vitória no primeiro turno da última eleição corrobora essa afirmação. De outro lado, a política paulista dá mostras de que vai se reorganizar. Um indicador disso é o papel proeminente que passa a ser exercido pelo vice-presidente da República e membro do PMDB paulista, agora com amplo espaço político após a morte de [Orestes] Quéricia.

Você fala do fato de o PSDB estadual ter se beneficiado do PSDB nacional, mas por que isso não foi interrompido com a eleição do Lula à Presidência em 2002?

RACHEL. Porque, de fato, o PSDB conseguiu estabelecer domínio sobre a competição partidária no estado. Quando falei em simbiose entre a política nacional e estadual, isso não significa que o eleitorado do Estado automaticamente acompanha a trajetória das vitórias eleitorais em nível nacional, como foi a vitória do PT em 2002. Além disso, o fato é que também o PT paulista não conseguiu estabelecer quadros e bases eleitorais que dessem conta de competir com o PSDB no Estado. A última eleição mostrou um primeiro turno mais competitivo, mas não o suficiente para inviabilizar a vitória do PSDB já naquela etapa.

É correta a hipótese de que as gestões tucanas realizaram uma reforma de certa profundidade na es-



“Recuperação na capacidade produtiva do Estado” diferencia PT do PSDB

trutura do Estado, combinando diferentes formas de privatização: venda de estatais, por meio do Programa de Desestatização comandado pessoalmente por Alckmin na gestão Covas; transferência da gestão de órgãos públicos para OSS, Oscips e fundações? Qual sua avaliação dos efeitos desse processo para a gestão pública e para os serviços públicos do estado de São Paulo?

RACHEL. Isso não foi só no Estado de São Paulo, foi também em nível nacional. Foi um projeto

do partido de reorganizar o Estado brasileiro em torno da diminuição do seu tamanho e dos seus gastos; a privatização é parte dessa trajetória. O resultado do processo é muito perverso, perdemos uma série de condições infra-estruturais públicas, e perdemos, em alguma medida importante, a capacidade produtiva do Estado e de orientação da capacidade de produção. A privatização, de forma simplificada, é isso: é dada ao mercado a capacidade dessa produção, por exemplo, dos

serviços que deveriam ser públicos. Os efeitos desse processo em São Paulo são importantes. As vendas do Banespa e da Nossa Caixa, por exemplo, são indicações de como o governo do PSDB entende o papel produtivo limitado do Estado. No nível nacional, o governo Lula procurou em parte retroagir, mas isso só é possível em alguns âmbitos, como a recuperação do tamanho do Estado. De qualquer forma, esse ponto é muito claro na diferença entre projetos. Às vezes tem-se dificuldades em identificar as diferenças entre os governos do PSDB e do PT. Essa é uma das grandes diferenças: a recuperação da capacidade produtiva do Estado.

“No início de 2006, a avaliação positiva do desempenho do governo paulista pelos eleitores era uma das mais altas do país, quase 70%, e essa foi uma das principais referências que apoiaram o candidato do partido ao governo, José Serra”

Lula atacou as privatizações nas eleições de 2006. Esses ataques às privatizações não surtem efeito no eleitorado de São Paulo? Parece que o eleitorado paulista não é sensível a essa questão.

RACHEL. O pressuposto da sua pergunta é que as preferências eleitorais se formam a partir de uma ou duas questões, e que o debate eleitoral de nível nacional tem forte influência no nível estadual. Não é bem assim. Sabemos que o tema das privatizações foi central para a dinâmica da eleição presidencial de 2006 e a derrota de Alckmin, tendo ele, inclusive, obtido menos votos no segundo turno do que os obtidos no primeiro. Mas a influência dessa agenda de campanha no nível nacional não é automática no nível estadual. O eleitorado paulista, no seu conjunto, pode ter incluído esse fator no seu mapa de referências, mas outros temas exerceram efeito sobre as preferências eleitorais, como a avaliação de governo. No início de 2006, a avaliação positiva do desempenho do governo paulista pelos eleitores era uma das mais altas do país, quase 70%, e essa foi uma das principais referências que apoiaram o candidato do partido ao governo, no caso, José Serra.

Boa parte do processo de decisão do voto pelo eleitor é tomada pela ponderação que ele faz sobre o desempenho dos governantes. Esse foi um dos aspectos centrais da reeleição do Lula em nível nacional, e foi um dos aspectos centrais da reeleição do PSDB em São Paulo.

Qual foi o papel do legislativo estadual nesses 16 anos de hegemonia do PSDB?

RACHEL. Um dos dados im-

portantes a salientar é que já no processo eleitoral e de formação das coalizões eleitorais, os principais contendores desenvolvem estratégias para um apoio potencial na Assembleia estadual. Trata-se de buscar articular apoio que venha a garantir, ao governo em funcionamento, uma maioria de cadeiras legislativas. Em São Paulo esse cálculo trouxe benefícios mais imediatos ao PSDB nas últimas eleições para o governo de 2006 e 2010, quando as coalizões eleitorais conseguiram uma representação na Assembleia de 47% e 46%, respectivamente. Nas eleições de 1994 e 1998 o apoio potencial obtido na Alesp esteve em torno de 25%, o que impunha ao governo, uma vez constituído, mais esforço para construir apoios, por exemplo, através de nomeações para cargos e negociações entre partidos.

*“Apesar dos números,
que não mostram ampla
hegemonia do PSDB no
âmbito parlamentar, sempre
foi possível ao governo
garantir apoio, por exemplo
para inviabilizar a CPI da
propaganda da Nossa Caixa
ou a CPI dos pedágios”*

Apesar desses números, que não mostram, portanto, ampla hegemonia do partido no âmbito parlamentar, sempre foi possível ao governo garantir apoio. É possível lembrar, por exemplo, das articulações da base do governo Alckmin no legislativo para inviabilizar a instalação de uma série de CPIs, como a da propaganda da Nossa Caixa, ou agora, mais recentemente, a CPI dos pedágios.

Quais foram os “pontos fracos” das gestões tucanas?

RACHEL. Boa parte do que você denomina “pontos fracos” resulta do projeto de desestatização que teve início já no governo Covas. A diminuição de investimento em setores vinculados aos serviços públicos básicos, que mostram patamares precários de atendimento; os equívocos da privatização das rodovias; a estagnação negativa do setor educacional são aspectos de potencial exploração política na próxima campanha. O problema é que o eleitor precisa ter alternativas constituídas sobre propostas razoáveis para escolher como direcionar seu voto. Campanhas eleitorais não podem se limitar a desestabilizar o governo constituído, precisam apresentar alternativas que se sobreponham às fórmulas já experimentadas pelo eleitorado. A eleição paulista precisa se organizar de forma mais competitiva.